



Revista Educação & Formação
ISSN: 2448-3583
Universidade Estadual do Ceará

Nunes, Maria Lúcia da Silva; Machado, Charliton
José dos Santos; Sousa, Débora Suênia da Silva
“Ensinar as crianças é o sacerdócio que conduz ao bem”:
educação, docência e escola no jornal *O Educador* (1921-1922)
Revista Educação & Formação, vol. 6, núm. 1, 2021, Janeiro-Abril
Universidade Estadual do Ceará

DOI: 10.25053/redufor.v6i1.1485

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=585865900004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

**“Ensinar as crianças é o sacerdócio que conduz ao bem”:
educação, docência e escola no jornal *O Educador* (1921-1922)**

Maria Lúcia da Silva Nunesⁱ 

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Charliton José dos Santos Machadoⁱⁱ 

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Débia Suênia da Silva Sousaⁱⁱⁱ 

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil

Resumo

Sob a perspectiva teórico-metodológica da nova história cultural, objetivou-se analisar as concepções de educação, escola e docência veiculadas pelo jornal *O Educador* (1921-1922), tomando-se como fonte: um relatório do diretor geral da instrução pública, dois artigos e dois textos informativos. A pesquisa foi realizada sobretudo nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Após levantamento da fonte e análise, depreendeu-se que a escola das primeiras décadas do século XX foi considerada o primeiro espaço de formação do cidadão, ganhando ares de “templo da esperança e da fé”, cuja missão era propagar conhecimentos úteis à vida social e moldar a personalidade moral do educando à prática dos deveres. Neste contexto, vivia-se a transição entre os governos de Camilo de Holanda e Sólon de Lucena, tendo como luta emblemática a implementação da Reforma da Instrução Pública (1917) como uma proposta modernizante. Assim, o professor primário seria um missionário que, exercendo um ministério sagrado com afeição e dedicação, formava, além do intelecto, a alma e o coração dos seus alunos, tornando-os aptos a servirem à pátria, à família e à sociedade. Sendo assim, conclui-se que o foco da educação era preparar o educando para caminhar ativa e disciplinadamente rumo ao futuro de uma sociedade melhor.

Palavras-chave

Educação. Docência. Escola.

**“Teaching children is the priesthood that leads to good”:
education, teaching and school in the newspaper *O Educador* (1921-1922)**

Abstract

From the theoretical-methodological perspective of the new cultural history, the objective was to analyze the conceptions of education, school and teaching conveyed by the journal *O Educador* (1921-1922), taking as source: a report of the director general of public education, two articles and two informative texts. The research was carried out mainly in the collections of the Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. After source survey and analysis, it emerged that the school of the first decades of the twentieth century was considered the first space of formation of the citizen, becoming a “temple of hope and faith”, with the mission of propagating useful knowledge to social

life and shaping the moral personality of the student to the practice of the duties. In this context, there was a transition between the governments of Camilo de Holanda and Sólon de Lucena, with the emblematic struggle being the implementation of the Public Instruction Reform (1917, as a modernizing proposal. Thereby, the primary teacher would be a missionary who, exercising a sacred ministry with affection and dedication, formed, beyond the intellect, the soul and heart of his pupils, enabling them to serve their homeland, family and society. Thus, it is concluded that the focus of education was to prepare the student to move actively and disciplinarily toward the future of a better society.

Keywords

Education. Teaching. School.

“La enseñanza de los niños es el sacerdocio que lleva al bien”: educación, enseñanza y escuela en el periódico *O Educador* (1921-1922)

Resumen

Desde la perspectiva teórico-metodológica de la nueva historia cultural, el objetivo fue analizar las concepciones de educación, escuela y enseñanza transmitidas por el periódico *O Educador* (1921-1922), tomando como fuente: un informe del director general de educación pública, dos artículos y dos textos informativos. La investigación se llevó a cabo principalmente en las colecciones del Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Después de estudiar la fuente y análisis, se concluyó que la escuela de las primeras décadas del siglo XX era considerada el primer espacio de formación del ciudadano, ganando el aire de “templo de esperanza y fe”, con la misión de propagar conocimiento útil a la vida social y moldear el personalidad moral del alumno ante la práctica de los deberes. En este contexto, hubo una transición entre los gobiernos de Camilo de Holanda y Sólon de Lucena, teniendo como lucha emblemática la Reforma de la Instrucción Pública (1917), como una propuesta modernizadora. Así, el maestro primario sería un misionero que, ejerciendo un ministerio sagrado con afecto y dedicación, formó, más allá del intelecto, el alma y el corazón de sus alumnos, permitiéndoles servir a su patria, familia y sociedad. Por lo tanto, se concluye que el enfoque de la educación era preparar al estudiante para avanzar de manera activa y disciplinaria hacia el futuro de una sociedad mejor.

Palabras clave

Educación. Enseñanza. Escuela.

1 Apresentando as fontes

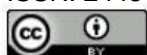
O Educador, jornal de circulação semanal, foi criado pela Sociedade dos Professores Primários da Parahyba e teve significativa publicação em um breve espaço de tempo, entre os anos de 1921 e 1922, aproximadamente dez meses. Propunha como objetivos divulgar as conquistas teórico-práticas das ciências pedagógicas e reivindicar a elevação e o reconhecimento do trabalho do professorado.

Educ. Form., Fortaleza, v. 6, n. 1, e1485, jan./abr. 2021

DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v6i1.1485>

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/index>

ISSN: 2448-3583



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Cabe ressaltar que, nesse período de circulação d'*O Educador*, vivia-se a transição entre os governos de Camilo de Holanda¹ e Sólón de Lucena², tendo como luta emblemática a implementação da Reforma da Instrução Pública (1917) como uma proposta modernizante. Destarte, no contexto, o referido impresso, autointitulado como “Orgam do Professorado Primario”, colocava-se como principal veículo em defesa dos interesses da classe e da divulgação dos ensinamentos pedagógicos, considerados modernos para a época.

O período em que o jornal *O Educador* circulou situa-se entre o quarto e o quinto ano social da Sociedade, que havia elegido uma nova diretoria, com mandato de 14 de junho de 1922 a 14 de julho de 1923, assim constituída: presidente – José de Mello, diretor do Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello; vice-presidente – Elvira Beuttmuller, professora do Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa; 1ª secretária – Analice Caldas, professora da Escola Noturna Dr. Manoel Tavares; 2ª secretária – Izabel E. Ramos; tesoureiro – Baptista Leite, diretor do Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa; vice-tesoureiro – Joaquim Santiago, professor da Escola Dr. Venancio Neiva; oradora – Eudésia Vieira, professora da sétima cadeira mista da capital; bibliotecária – Izaura Lacerda Lima, professora da cadeira da Ilha do Bispo (*O EDUCADOR*, 1922, p. 2).

Bastos (2002, p. 48), ao destacar a importância da imprensa pedagógica como objeto e como fonte de estudo para a história da educação, afirma:

O estudo do lugar da imprensa pedagógica no discurso social, as estratégias editoriais face aos fenômenos educacionais e sociais, revela-se rico de informações ao pesquisador, para o resgate do discurso pedagógico, das práticas educacionais, do cotidiano escolar, do grau de submissão dos professores aos programas e instruções oficiais, da ideologia oficial e do corpo docente, da força de inovação e de continuidade que representa, das contradições do discurso.

Concordando com a autora citada, a partir da problematização e análise das fontes constituídas pela imprensa pedagógica, materializada em “[...] jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja [...]” (BASTOS, 2002, p. 49), é possível acessar

¹ Francisco Camilo de Holanda era médico e governou a Parahyba de 22 de outubro de 1916 a 22 de outubro de 1920.

² Solón de Lucena era advogado e governou a Parahyba de 22 de outubro de 1920 a 22 de outubro de 1924.

tanto as ideias que orienta(va)m as práticas educativas quanto os indícios das próprias práticas, os sujeitos nelas envolvidos, as nuances, os lapsos e as singularidades que outro tipo de documentação silencia mais frequentemente.

Essa afirmação não significa negar toda a intencionalidade, efemeridade, contexto sociopolítico e conteúdo ideológico que permeiam e compõem a produção, circulação e consumo de um jornal, revista ou outro veículo de imprensa. Pelo contrário, ser consciente desse arcabouço formal e conteudístico deve servir para orientar o olhar do pesquisador em seu trabalho de investigação e análise. Ao mesmo tempo, é um desafio para o historiador da educação, que se vê diante de um campo de ação produzido por sujeitos individuais e coletivos impregnados por interesses, valores, crenças e experiências, que elegem e representam concepções de educação, práticas educativas, conhecimentos válidos, entre outros aspectos (SANTOS; NUNES, 2012). Toda a riqueza de detalhes possibilitada pelas fontes da imprensa deve ser considerada em seu lugar de inserção social, cultural, econômico e político, que lhe faz optar por um ou outro tipo de discurso, que seleciona e autoriza sujeitos discursivos, que se destina a interlocutores com determinadas características e expectativas, que aponta suas funções, objetivos e finalidades.

Nas palavras do diretor-geral da instrução pública, Alcides Bezerra, a finalidade do jornal *O Educador* é assim explicitada:

Os professores primários da nossa terra, num movimento digno de louvor, houveram por bem fundar esta folha semanal, não só para defesa dos direitos de sua classe, já bem numerosa, como também para disseminar no seio da mesma os ensinamentos pedagógicos. *O Educador* surge, pois, sob os melhores auspícios e está fadado a prestar os mais valiosos serviços à Parahyba. Será um repositório do que for surgindo por ali fora em matéria de métodos e processos de ensino, um vulgarizador das verdades conquistadas pela pedagogia e também por esse novo e esperançoso ramo do saber – a pedologia. (BEZERRA, 01/11/1922, p. 1).

Quando Nóvoa (2002) estabelece a tipologia das publicações periódicas de Portugal, define seis categorias que as organizam: 1. sistema educativo e instituições escolares; 2. professores; 3. tipos particulares de educação e ensino; 4. modalidades de apoio e integração socioeducativa; 5. educação não formal; e 6. ciências da educação. O caso do jornal aqui selecionado adéqua-se à categoria “professores”, uma vez que é feito por e para esses sujeitos, para expressar suas ideias e interesses. Nóvoa (2002)

subdivide essa categoria em três subcategorias: a) formação de professores/escolas normais; b) associativismo docente; e c) ação educativa/professores. Lendo *O Educador*, constata-se que o jornal assume uma dupla função: representar o professorado primário, sendo a voz da associação desse grupo profissional, ligando-se assim à subcategoria b, ao mesmo tempo que pretende contribuir para disseminar as ideias novas sobre educação, funcionando como instrumento de formação contínua dos docentes, vinculando-se à subcategoria c. Ainda dialogando com o autor citado, destaca-se a efemeridade do referido jornal, que teve uma vida de aproximadamente dez meses, característica identificada também em grande parte dos jornais e revistas elencados por Nóvoa (2002) no repertório português.

O jornal *O Educador* - Orgam do Professorado Primário, criado no ano de 1921, teve sua primeira publicação em 1º de novembro de 1921, sob o número I. Organizado pelos mais ilustres professores da Parahyba do Norte, seu primeiro corpo redacional era composto por intelectuais que ocupavam os cargos mais elevados na educação, quais sejam: Eduardo de Medeiros (diretor), Manuel Casado (secretário), Sizenando Costa (gerente), Manuel Vianna Júnior (tesoureiro), José Baptista de Mello, João Baptista Leite, João Vinagre e João Falcão.

Sua publicação, quanto ao dia da semana, oscilou entre segunda e terça-feira, nos primeiros números, e, a partir do número XV, ora na quinta-feira, ora na sexta-feira. O último volume de que se tem notícia até o momento está datado em 7 de setembro de 1922, quinta-feira, sob o número XLI.

Apesar do curto período de vigência, foi um jornal de intensa atividade redacional. Seus textos enfocam preferencialmente a educação, visto que foi criado com o intuito de atender ao professorado primário. Serviu como veículo de divulgação de artigos que abordavam a higiene escolar, a importância do uso da ginástica escolar, a preocupação com a qualidade do ensino destinado ao trabalhador (ensino noturno), as discussões sobre moda, teatro e cinema e sua influência na educação idealizada à mulher, os métodos educativos, entre outros.

Considerando a estrutura e a função dos textos-fonte para este artigo, adotou-se a seguinte classificação: relatório, artigo e texto informativo, apresentados a seguir.

O relatório do diretor-geral da instrução pública, Alcides Bezerra Cavalcanti³, dirige-se ao presidente do estado, à época Sólton Barbosa de Lucena; refere-se ao período de 22 de outubro de 1920 a 30 de junho de 1921, tendo sido publicado em dez dias, com intervalo de sete ou quinze dias, entre novembro de 1921 e março de 1922. No dia 1º de novembro de 1921, ocupa os 2º, 3º e 4º quadrantes da página 2; no dia 7 de novembro de 1921, os 2º e 3º quadrantes da página 1; no dia 14 de novembro de 1921, os 1º e 4º quadrantes da página 2; no dia 28 de novembro de 1921, está centralizado na página 1; no dia 5 de dezembro de 1921, nos 2º e 3º quadrantes da página 1; no dia 12 de dezembro de 1921, nos 2º e 3º quadrantes da página 1; no dia 19 de dezembro de 1921, no 2º quadrante da página 1; no dia 6 de fevereiro de 1922, no 2º quadrante da página 1; no dia 20 de fevereiro de 1922, no 2º quadrante da página 2; e, por fim, no dia 2 de março de 1922, no 2º quadrante da página 1.

O relatório está dividido nas seguintes partes e seções: a primeira parte (não nomeada) é composta por: 1. Introdução (não nomeada); 2. Necessidade da difusão do ensino; 3. Inspeção do ensino – da necessidade absoluta da sua organização; 4. Dos jardins de infância; 5. Prédios escolares; 6. Educação moral, cívica e religiosa; 7. Do ensino; Segunda parte – Menção das principais ocorrências, constituída por: 8. Sessões e deliberações do Conselho Superior de instrução; 9. Cadeiras em concurso; 10. Remoções; 11. Licenças; 12. Movimento da secretaria; 13. Novas escolas; 14. Mobiliário; 15. Inspeção sanitária das escolas; 16. Do pessoal docente; 17. Falecimentos; 18. O regulamento da instrução pública.

Os artigos são dois. Um, assinado por João Falcão⁴, foi publicado em dois dias, 7 e 13 de junho de 1922. Observa-se que a publicação do dia 13 é continuação da anterior,

³ Alcides Bezerra Cavalcanti (24/01/1891 [PB] – 29/05/1938 [RJ]) nasceu em Bananeiras, Paraíba, filho de João Perdigão Bezerra Cavalcanti e Phelonilla Clara Bezerra Cavalcanti (pertencente à família Carneiro da Cunha). Pelo sobrenome dos pais, identifica-se sua origem em famílias tradicionais e das oligarquias paraibanas. cursou Humanidades no Liceu Paraibano entre 1903 e 1907, em seguida bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife, em 1911. Ocupou diversos cargos públicos de destaque: procurador da república, promotor público adjunto da capital, promotor público de Catolé do Rocha/PB, inspetor geral do ensino – quando escreveu o relatório aludido neste texto –, secretário da imprensa oficial, deputado estadual (1920/1923) e diretor do Arquivo Nacional (1922-1938), cargo que ocupava quando faleceu. Foi jornalista, crítico, historiador, folclorista, novelista e filósofo. Produziu uma vasta obra, que inclui crítica, romance e história (BARBOSA, 2009).

⁴ Embora o sobrenome Falcão seja conhecido na Paraíba, ligado a nomes como o do jornalista Américo Falcão, que foi diretor do jornal *A União*, órgão da imprensa oficial do estado da Paraíba, e da professora e historiadora Marta Falcão, até o momento não foi possível localizar informações sobre João Falcão, além de saber que ele compôs a diretoria do jornal *O Educador*.

7 de junho, porque ao título, “O ideal da escola”, que aparece no dia 7, foi acrescentado o algarismo II. São dois textos curtos, ocupando o centro da página 2 do jornal *O Educador* no dia 7 e 2º, 3º e 4º quadrantes da página 1 no dia 13. O texto “Como educar”, publicado em 14 de novembro de 1921, é assinado por Agalma⁵, também classificado neste estudo como artigo, o qual é curtíssimo, ocupando o 2º quadrante da página 2.

Os textos classificados como informativos são dois. O primeiro, intitulado “Em prol da instrução”, está assinado pelo diretor da instrução pública, Alcides Bezerra, e ocupa os 2º e 3º quadrantes da página 2, no dia 20 de junho de 1922; o segundo, nomeado por “Sociedade dos Professores Primários”, não está assinado, tendo sido publicado em 20 de junho de 1922. Os dois trazem informações gerais tanto sobre a Sociedade dos Professores Primários quanto sobre o próprio jornal, destacando composição, sócios, ações da Sociedade e concepções sobre educação e docência.

Após a seleção dos textos⁶, procedeu-se à leitura e às releituras para identificar palavras e ideias que remetessem às categorias definidas para análise, segundo o objetivo do artigo: analisar as concepções de educação, escola e docência veiculadas pelo jornal *O Educador* (1921-1922). A análise das fontes buscou dialogar com autores que apresentam e problematizam a educação no recorte histórico delimitado.

2 Sobre educação, docência e escola: lendo as fontes

A década de 1920 configura-se pela intensificação dos anseios políticos, econômicos e culturais, que, desde o início do período republicano, vinham se manifestando em diversos setores da sociedade. Em busca de soluções e avanços para as demandas que caracterizavam o país naquele contexto, os intelectuais envidaram esforços que culminaram em diversos movimentos, como o tenentismo, o modernismo, entre outros. A educação apresentava-se como o fator preponderante e impulsionador do progresso, e a instrução, significada no ato de apropriação da leitura e da escrita, era vista não apenas como elemento de socialização, mas também de desenvolvimento

⁵ Acredita-se tratar-se de um pseudônimo, prática ainda comum à época. Não foi possível, até o momento, localizar nenhuma informação sobre o autor.

⁶ Os textos estão digitalizados e disponíveis nos arquivos pessoais dos pesquisadores em decorrência de pesquisas já concluídas, e seus originais encontram-se no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP).

individual e da nação. Ou seja, segundo tais intelectuais, muitos deles desiludidos com a República, era na educação que “[...] residia a solução dos problemas do país” (CARVALHO, 1997, p. 115).

Acreditava-se que a educação pudesse resolver as grandes questões nacionais, e a escola, como instituição responsabilizada por essa atividade, era vista como uma necessidade vital. Quanto mais escolas, mais pessoas alfabetizadas, mais mão de obra para uma sociedade em processo de industrialização, melhor dizendo, para uma sociedade dividida entre um sistema agrário comercial em falência e um sistema urbano industrial principiante. As estatísticas reveladas pelo Censo de 1920 apontavam uma situação alarmante quanto ao analfabetismo, considerando a proporção população/indivíduos em idade escolar/número de escolas. O grande anseio dos governos e da sociedade, de modo geral, era construir o maior número possível de escolas, na esperança de que pessoas instruídas suscitasse alterações na organização social e política do país, questionada principalmente para as camadas médias, que demandavam maior participação e possibilidade de usufruir de condições políticas e socioculturais, até então “patrimônio” de uma elite agrária. Segundo Nagle (2001, p. 45):

A alteração no padrão de estratificação pode ser verificada pelos resultados na esfera da educação escolar, principalmente na década de 1920; o entusiasmo pela educação e as frequentes reformas deixam entrever o objetivo de democratizar a cultura, pela ampliação dos quadros escolares.

O relatório apresentado pelo diretor-geral da instrução pública na Parahyba do Norte, em 1921, proporciona uma visão – oficial – de como o setor educativo era precário naquele momento. O relator começa destacando os altos índices de analfabetismo no estado da Parahyba do Norte, apontando como uma das causas o número insuficiente de escolas para uma população de 900 mil habitantes. Com base no Censo de 1920, cujos dados são retomados no relatório, havia 229 escolas estaduais e 150 municipais e particulares, o que equivaleria a uma escola para 2.374 habitantes, e proporcionalmente, considerando as crianças em idade escolar, de 6 a 14 anos, que seriam 180 mil crianças, havia “nada menos de 160.00 indivíduos” em estado de analfabetismo (PARAHYBA DO NORTE, 1921, p. 1). Como alternativa para combater esses dados, o diretor/relator sugere “a difusão do ensino primário em todos os recantos do território parahybano”, sem economizar recursos, uma vez que a educação é condição imprescindível para o

crescimento da nação. Recorre às palavras de Ruy Barbosa, que, na Reforma do Ensino Primário, atribui à educação popular⁷ um papel imprescindível à grandeza e riqueza de um país. Assim sendo, deve-se lançar mão de estratégias/recursos variados e de fontes diversas para investir na educação. O diretor-geral da instrução propõe algumas medidas para incrementar a difusão do ensino primário: “a) imposto especial destinado exclusivamente à instrução; b) solicitação de um auxílio ao governo federal; c) animação à iniciativa particular para fundação de escolas; d) prêmios aos professores pela alfabetização dos alunos”. Cada uma dessas sugestões é desenvolvida no texto do relatório com argumentos que apontam para sua validade e aplicabilidade. Recorre ao teor da Lei Orçamentária Federal nº 2.738, de 4 de janeiro de 1913, para destacar que a legislação prevê uma articulação entre os governos federal, estaduais, municipais e as entidades particulares para a criação de escolas primárias.

Segundo Pinheiro⁸ (2002, p. 156), referindo-se ao mesmo recorte temporal aqui privilegiado, a instrução tornou-se objeto de preocupação:

A ‘instrução generalizada’, como fator de ‘progresso’, foi sistematicamente defendida pela elite paraibana e esteve condicionada à difusão dos ideais positivistas, já acatados no Brasil, desde meados do século XIX [...]. Por conseguinte, predominou a convicção de que a ampliação da oferta de instrução pública propiciaria a ordem e o progresso – para muitos, questão de sobrevivência nacional, como veementemente salientava Tavares Cavalcanti.

Outro aspecto que o diretor/relator Alcides Bezerra destaca é a necessidade da inspeção/fiscalização de ensino. A figura do inspetor é apresentada como alguém que vai oferecer apoio e subsídios intelectuais ao professor; chama a atenção para a insuficiência com que esse cargo vem sendo desenvolvido nos municípios, ao ser ocupado por pessoas que já exercem outras funções e não recebem nenhuma remuneração pela atividade de inspeção, o que provavelmente faz com que o trabalho não seja executado como devia.

O relator propõe a divisão do estado em zonas ou distritos, considerando as condições geográficas, de transporte e de necessidades do ensino, o que facilitaria a própria inspeção. Seriam cinco zonas, cuja sede ficaria localizada no primeiro lugar

⁷ O sentido de educação popular no período referia-se à instrução pública para todos.

⁸ Pinheiro (2002) utilizou os relatórios da instrução pública na Paraíba do Norte, juntamente com outras fontes, para analisar a organização do ensino primário na Paraíba, destacando a passagem do tempo das cadeiras isoladas ao período de implantação dos grupos escolares, caracterizando cada um desses momentos.

citado; ficaria assim: 1ª – Campina Grande, 2ª – Bananeiras, 3ª – Cabaceiras, 4ª – Patos e 5ª – Cajazeiras. Essa divisão por zonas permanece até os dias atuais, tendo havido uma mudança no nome, que passou a ser regional, bem como na quantidade, que hoje totaliza 14 regionais.

O relatório é rico em informações, mas nesta ocasião fez-se a opção por apresentar apenas elementos que realcem a concepção de educação, docência e escola que é possível ler nas linhas e entrelinhas do citado texto.

Claro está em todo o relatório que o diretor/relator atribui uma importância singular à instrução pública, que, na ocasião, representa um dos aspectos mais importantes na composição da concepção de educação. Ou seja, educação é instrução, mas não somente. A concepção de educação que pode ser identificada no relatório e que representa não apenas a visão de seu autor, mas os anseios e demandas da sociedade brasileira de 1920, abrange: a instrução, que se refere enfaticamente ao ensino primário no que diz respeito à alfabetização ou ensino das primeiras letras; a educação moral; a educação cívica; e a educação religiosa. Os termos “educação” e “instrução” nem sempre estão definidos claramente, sendo frequente serem usados como se fossem sinônimos, embora alguns aspectos apontem para a diferenciação.

Essa ambiguidade é observada por Gondra e Schneider (2011, p. 12-13, grifo nosso), ao prefaciarem uma coletânea de 15 textos que discutem o emprego dos termos “educação” e “instrução” no século XIX:

O primeiro [educação] remetendo a um conjunto de ações mais difusas, que recobre aspectos variados das condutas dos diferentes sujeitos sociais. Já o termo instrução parece estar mais acoplado à ideia de escolarização, articulando-se, portanto, com o conjunto de medidas voltadas para organizar e legitimar o equipamento escolar na sociedade brasileira, tais como: a questão das idades, dos tempos, saberes, espaços, métodos, professores, gestão, liberdade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino, por exemplo. A título de simples ilustração, vale lembrar o emprego do termo para designar os responsáveis locais por essa questão e o nome atribuído a alguns periódicos especializados no debate acerca da escolarização do povo. *Por vezes, os dois termos – educação e instrução – comparecem na literatura pedagógica ora como sinônimos, ora como descritores distintos.*

Essa observação conforma-se aos textos aqui apresentados como fonte, nos quais nem sempre educação e instrução estão claramente delimitadas. Ora educação assume um caráter mais amplo e constitui-se pela instrução e outras variantes da educação (moral, religiosa, etc.); ora a instrução está mais associada à questão da

escolarização propriamente dita, definindo conhecimentos que tenham um caráter mais pragmático, extrapolando o sentido de transmissão de conhecimentos e alcançando questões morais, cívicas e religiosas; ora não é possível estabelecer diferença entre um termo e outro.

O relator faz questão de explicitar o que compreende por educação moral, educação cívica e educação religiosa. Citando o psicólogo social francês Gustave Le Bon, para quem a educação moral deve ser baseada em experiências, e não ensinada, Alcides Bezerra assim expressa sua concepção de educação moral:

As creanças normaes adquirem empiricamente as noções do bem e do mal, quando os seus actos são louvados ou reprovados. O louvor e a reprovação completam uma noção obscura, innata, que o indivíduo traz dessas entidades como legado da espécie. Ultima-se a educação moral quando o hábito de fazer o bem e o de evitar o mal se tornaram inconscientes, isto é, gravaram-se profundamente na personalidade somando-se às aquisições instintivas. A benéfica influência do meio escolar é, não raro, neutralizada pelo regime do lar do educando. Outra força antagônica é o cinematographo, onde se destila para as almas infantis e em formação todo o amoralismo contemporâneo (PARAHYBA DO NORTE, 05/12/1921).

O ensino primário ou das primeiras letras oferecido no estado da Parahyba não pode ser comparado ao de outros países, que, segundo Alcides Bezerra, “marcham à frente na evolução pedagógica”; está de acordo com as próprias condições das escolas que há e da capacidade pedagógica dos mestres; para justificar essa opinião, faz referência ao relatório de seu antecessor.

A criação de jardins de infância é outra preocupação do diretor da instrução pública, que, em suas palavras, significava a promoção do “desabrochamento intelectual e volitivo dessas tenras flores humanas”, trazendo enormes benefícios à instrução. A responsabilidade por esse nível escolar caberia às mulheres:

[...] jardineiras provectas e vigilantes auxiliam a natureza, corrigindo-lhes os descuidos e suprimindo-lhes as deficiências. Na escala inteira das profissões não há uma sequer que se assemelhe á sua, que é como um *prolongamento da maternidade* e se coloca naturalmente na categoria das *coisas mais santas e mais augustas*. (PARAHYBA DO NORTE, 07/11/1921, grifos nossos).

Se a professora é mãe e quase santa, a escola é nada menos do que um “templo educativo”, lugar no qual se deve adentrar com respeito e emoção, cuja missão não se restringe “[...] á transmissão de conhecimentos úteis para a vida. O seu alvo mais

elevado é precisamente formar a personalidade moral do educando, fazendo com que ele se habitue a pratica dos deveres” (PARAHYBA DO NORTE, 28/11/1921).

Na seção denominada Fallecimentos, o diretor/relator faz uma breve homenagem a uma ex-professora falecida no ano anterior. Aparecem elementos desejáveis ao perfil docente nos seus dizeres:

A 22 de junho, finou nesta capital, após seis longos annos de padecimentos, a professora jubilada d. Anna Carolina de Lima Borges. Modelo de todas as virtudes, essa notável senhora prestou á instrucção pública e particular da Parahyba os mais relevantes serviços. Conta-se, por centenas, o número de seus ex-alumnos que occupam, hoje, posição de destaque nas letras, no magistério, na magistratura e no commercio. Ao mais humilde e desaproveitado deles cabe, aqui, na qualidade de diretor da instrucção publica, registrar e agradecer os *benefícios que ella espalhou* a mãos cheias na sociedade em que viveu, dando o *exemplo magnífico de uma existência voltada ao trabalho até o esgotamento de todas as energias*. (O EDUCADOR, 20/02/1922, grifos nossos).

A ideia de uma vida toda dedicada a essa função, até o esgotamento, como uma missão, um sacrifício, sempre esteve presente na concepção de docência, principalmente em relação às mulheres, para quem o magistério primário era elemento preponderante da formação e, por conseguinte, da personalidade e vocação feminina. Somando-se a isso, a docência consiste ainda em ser modelo de todas as virtudes e distribuidor/a de benefícios cuja retribuição consiste em ver o sucesso dos ex-alunos e o reconhecimento de alguns pela contribuição que o professor ou professora deu à sua formação. As condições materiais para esse exercício, no que diz respeito a benefícios financeiros, salário, não são postas.

Esse mesmo pensamento é defendido por João Falcão em seu artigo “O ideal da escola”, embora já sejam inseridos elementos que apontam uma vida difícil para aqueles que exercem o magistério, devido à falta de reconhecimento a que está relegada essa “ádua missão” e à necessidade de capacidade técnica. Sobressai também nessa caracterização as qualidades morais, um conjunto de atributos que capacitam o/a professor/a para assumir a grande responsabilidade pelo patrimônio futuro da família e da humanidade.

É a classe dos professores primários que mais serviço presta a collectividade e tem mais importância no seio social, apesar de viver amargurada e permanecer no *ostracismo da disillusão*, entrega-se com todo desprendimento á *sublime causa do ensino*, distribuindo quotidianamente, com o *desvelo e abnegação* entre seus alunos, as sementes da instrucção, preparando-os para o futuro de uma

sociedade, assim, constituindo o grande templo da civilização – o sublime patrimônio da grandeza humana. (FALCÃO, 1922, p. 2, grifos nossos).

Ensinar as crianças é o *sacerdócio* que conduz ao bem, ilumina a trajetória da existência, dirige com abnegação e carinho aqueles que ainda não conhecem o mal e somente vivem de amor e de sonhos, que se manifestam na expressão de seus sorrisos. A escola primária deixou de ser um carcere da inocência para tornar-se o templo da esperança e da fé; o jardim da vida onde desabrocham as primeiras flores da inteligência. Ao preceptor da infância cabe a responsabilidade nesta árdua missão de preparar o futuro das novas gerações que se sucedem. Para o suprimento exacto destes deveres, não depende somente de vocação, mas de necessário preparo tecnico e de superiores qualidades moraes, a fim do educador desincumbir-se distinctamente, tornando-se merecedor da estima e confiança social. O professor primário é um dos maiores benfeitores da humanidade, a ele está confiado o patrimônio moral da família, o tesouro inexgotavel de sentimentos, que são os nossos filhos. (FALCÃO, 1922, p. 1, grifo nosso).

No texto “Como educar”, o autor inicia fazendo uma breve diferenciação entre instrução e educação. Instrução está associada ao ensino da leitura e da escrita; já a educação envolve uma série de elementos, que são apresentados em seguida; embora não sejam colocados de forma objetiva, é possível compreender. O magistério também é defendido como missão, que exige suavidade, paciência e perspicácia do/a professor/a em perceber qual a vocação do aluno e lhe oferecer o acesso a conhecimentos de seu interesse. O autor define como a escola moderna ou como modernamente deve ser a educação. Ao fazer isso, junta aspectos “naturalmente” considerados, como a aquisição da leitura e da escrita, noções morais e cívicas, obediência e respeito à família e à pátria, bem como pontos que dão o tom “moderno” à escola e à educação: a criança deve aprender sem cansaço e sem obrigatoriedade, deve ter liberdade de ação e os seus interesses devem ser respeitados na hora de decidir que conhecimentos ensinar: “Si o alumno tem predilecção pela mathematica, ensinem-lhe as outras matérias, mas sobretudo a de sua vocação. É assim que modernamente se ensina” (AGALMA, 1921, p. 2).

Ao refletir sobre o sentido da docência, a função do magistério, no começo do século XX, Passos (2011, p. 95) observa a presença desses mesmos elementos, embora se refira a outro recorte espacial, que foram trazidos pelos textos lidos neste artigo, destacando a coerência dessas ideias com as demandas da sociedade naquele período:

No início do século XX, o magistério era concebido como um ‘sacerdócio da democracia’. O exercício docente foi um instrumento importante no processo de implantação do regime republicano. Ao professor cabia realizar a tarefa de

formação e purificação dos desejos da criança e do adolescente. Seu trabalho estava, assim, incorporado à ideia da docência como missão. O discurso sobre a nobre vocação do professor se aproximava do 'otimismo pedagógico'. A importância atribuída à educação, nesse período, como fator de integração e transformação social ampliava a importância da educação escolar.

Se ao docente é atribuída tão grande missão, não é menor a importância conferida à escola, primeiro espaço no qual a criança terá acesso aos princípios norteadores de toda a sua vida e de onde receberá as luzes que a prepararão para contribuir com o crescimento de sua pátria.

Segundo Falcão (1922, p. 2):

É na escola primaria onde se inicia o processo formador do cidadão, é nesta oficina de ensinamentos que as crianças recebem os princípios basilares da educação e se preparam para caminhar resolutos na estrada da vida; assim disciplinadas prosseguem na conquista de seu futuro, levando a bússola do seu saber, iluminadas pelos preceitos de moral, orientadas pelos conselhos de seus pais e professores.

Como se pode ler, cabe à escola a responsabilidade primeira na formação das crianças. Ciente da importância da escola como elemento impulsionador do desenvolvimento, o diretor/relator, como representante do estado no setor da educação, alça a bandeira em defesa da difusão dessa instituição por todo o estado: "É preciso, custe o que custar, dotar-se a nossa urbs com um templo educativo dessa natureza, sem o qual não podemos almejar o conceito de progressistas e amantes das luzes" (PARAHYBA DO NORTE, 07/11/1921). Embora essa frase tenha sido atribuída particularmente aos jardins de infância, adequa-se plenamente a todo o discurso feito no relatório em prol da implantação de escolas, de um modo geral. Convocando o apoio de todos os segmentos da sociedade paraibana, o diretor não se esquece de apontar que tão grande missão só se tornaria possível em prédios apropriados, que garantissem boas condições de funcionamento. Para tanto, faz uma lista com 17 critérios que devem ser observados na construção de um prédio escolar, tanto por iniciativa pública quanto privada. Esses critérios alcançam desde a extensão da área até o modo de instalação das janelas e as cores com que as paredes devem ser pintadas (PARAHYBA DO NORTE, 14/11/1921).

O conteúdo presente nos textos aqui analisados, com relação à educação, escola e docência, demonstram que a Paraíba encontrava-se em sintonia com as discussões que se faziam em todo o país, quando se via a urgência em propiciar a

educação/instrução ao maior número possível de pessoas, a fim de se acompanhar o tão desejado progresso da nação. Para isso, urgia construir escolas adequadas e contar com professores/as que assumissem os papéis que eram esperados: missionários da pátria, modelos de moral capazes de servir de exemplos aos seus alunos, concorrendo, assim, para formar cidadãos que contribuíssem com o desenvolvimento esperado do país.

3 Considerações finais

Os textos analisados permitem dizer que a escola das primeiras décadas do século XX é responsabilizada como o primeiro espaço de formação do cidadão, assumindo ares de “templo da esperança e da fé”, cuja missão é a transmissão de conhecimentos úteis para a vida social, contudo muito mais importante do que isso é formar a personalidade moral do educando, fazendo com que ele se habitue à prática dos deveres. O professor primário apto a essa missão é um “sacerdote”, que, exercendo um ministério sagrado e tendo como guia a afeição, forma, além do intelecto, a alma e o coração dos seus alunos, preparando-os para servirem à pátria, à família e à sociedade.

Na base dessas ideias, a educação é a bússola fundada na experiência e utilidade dos conhecimentos, que prepara o educando para caminhar ativa e disciplinadamente rumo ao futuro de uma sociedade melhor. As concepções veiculadas pelo Órgão do Professorado Primário ecoavam as concepções de escola, educação e docência vigentes no país, dotadas de um forte conteúdo salvacionista, moral e de finalidade ativa. Com essas concepções, os discursos apresentados pelos textos tratam a atividade desenvolvida pelos professores como uma nobre missão que precisa ser reconhecida pela sociedade, dando aos professores o lugar que eles merecem. Todavia, esse reconhecimento ficava restrito ao sentimento de gratidão dos ex-alunos. Em texto que apresenta o jornal e destaca sua função, assim se pronuncia Alcides Bezerra (01/11/1921, p. 1):

O Educador desfraldará a sua bandeira para lutar pelo levantamento do nível do professorado, pelo espalhamento no seio da classe das conquistas teórico-práticas das ciências pedagógicas, e procurará reivindicar para os professores o lugar que eles merecem na sociedade. Quereis mais belo e oportuno programa? [...] Viver é lutar. E sem luta perseverante e porfiosa nada se consegue nos organismos superorganicos que são as colectividades humanas. É preciso, porém, que essa luta seja travada com armas dignas.

No tocante a este ponto não tenho dúvidas que os meios de acção a serem empregados e da nobreza dos princípios.

Não se pode deixar de assinalar que a publicação do relatório do diretor-geral da instrução pública no jornal dos professores e que o fato de este diretor ter espaço para a divulgação de suas ideias, em forma de artigos e de textos informativos sobre a Sociedade dos professores e sobre o próprio jornal, são indícios de uma relação muito próxima entre o estado e o órgão de representação dos professores e de seu jornal. Essa relação pode ter sido decisiva no conteúdo veiculado no jornal *O Educador*.

Importa também destacar que as concepções sobre educação, escola e docência percebidas nos textos lidos refletem representações do ideário educacional da época recortada, como também contribuem as particularidades locais. É possível depreender toda a preocupação com o analfabetismo que grassava a sociedade paraibana, com a escassez de prédios escolares e a urgência em implementar medidas que alterassem esse quadro e colocassem o estado em uma situação mais agradável dentro daquela configuração de modernização e progresso, na qual a educação tinha papel relevante.

Quase um século nos separa da produção desses textos. A realidade, em termos de acesso à escola, à educação escolarizada, é totalmente diferente; mesmo assim, o problema do analfabetismo não foi resolvido – embora se manifeste atualmente de outros modos. Constata-se que as sugestões do diretor da instrução pública, autor do relatório, continuam válidas e têm sido postas em prática muitas vezes na conjuntura contemporânea. Contudo, a educação em nosso país continua apresentando altos índices de ineficácia, principalmente no que se refere à instrução – ensinar a ler e a escrever. Em termos de espaços físicos, pode-se dizer que não é mais um problema para as escolas de hoje; elas sofrem de uma outra carência: adequação à sociedade tecnológica e de informação. Como continuar exercendo uma função importante competindo com tantos outros artefatos mais rápidos e eficazes em termos de transmissão/socialização de conhecimentos, nesta que sempre foi uma de suas primeiras responsabilidades? O que dizer em termos de concepção de docência? Que muitos atributos constituidores desse ofício permanecem não apenas nas representações, mas também nas práticas que envolvem o magistério! Perspectiva completamente observável na falta de valorização dos profissionais que lidam com

educação, que ainda são vistos como missionários, vocacionados e mártires, a quem um salário digno não é destinado, uma vez que missão implica sacrifício e vocação é dom, não envolve trabalho, esforço e formação.

Finalmente se almeja que as discussões ora empreendidas contribuam para os estudos e o conhecimento sobre a história da educação na Paraíba.

4 Referências

AGALMA. Como educar. *O Educador*, Parahyba, v. 1, n. 3, p. 2, 14 nov. 1921.

BARBOSA, S. F. P. *Pequeno dicionário de escritores e jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa: UFPB, 2009.
Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BASTOS, M. H. C. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul* (1951-1992). In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 47-75.

BEZERRA, A. Em prol da Instrução. *O Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 1, 1º nov. 1921.

CARVALHO, M. M. C. A educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 115-132.

FALCÃO, J. O ideal da escola (Parte I). *O Educador*, Parahyba, v. 1, n. 34, p. 2, 7 jun. 1922a.

FALCÃO, J. O ideal da escola (Parte II). *O Educador*, Parahyba, v. 1, n. 33, p. 1, 13 jun. 1922b.

GONDRA, J. G.; SCHNEIDER, O. Prefácio. In: GONDRA, J. G.; SCHNEIDER, O. (Org.). *Educação e instrução nas províncias na corte imperial (Brasil, 1822-1889)*. Vitória: UFES, 2011. p. 11-14.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel

João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte I). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 2, 1º nov. 1921a.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte II). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 2, 7 nov. 1921b.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte III). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 2, 14 nov. 1921c.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte IV). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 1, 28 nov. 1921d.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte V). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 1, 5 dez. 1921e.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte VI). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 1, 12 dez. 1921f.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte VII). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 1, 19 dez. 1921g.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte VIII). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 1, 6 fev. 1922a.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte IX). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 2, 20 fev. 1922b.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Solon Barbosa de Lucena, M. D. Presidente do Estado, pelo Director Geral da Instrução Pública, Bacharel João Alcides Bezerra Cavalcanti, sobre os negócios do ensino em 1921. (Parte X). O *Educador*, Parahyba, v. 1, n. 1, p. 1, 2 mar. 1922c.


PASSOS, M. A mística e o mito da era de ouro do magistério: trabalho, profissão e vocação – um percurso histórico em Minas Gerais (1892-1977). In: PASSOS, M. (Org.). *A mística da identidade docente: tradição, missão e profissionalização*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 91-123.

PINHEIRO, A. C. F. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

SANTOS, E. L.; NUNES, M. L. S. A educação da mulher na Parahyba do Norte na Primeira República. In: FERRONATO, C. et al. (Org.). *Trilhas da pesquisa em História da Educação*. João Pessoa: Universitária, 2012. p. 169-178.

SOCIEDADE DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS. *O Educador*. Orgam do Professorado Primario, v. 1, n. 35, p. 2, Parahyba, 20 jun. 1922.

Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Metodologia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação

 <https://orcid.org/0000-0002-9839-2756>


Doutora em Educação. Professora aposentada. Atua como docente voluntária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Contribuição de autoria: Contribuiu com a elaboração de texto e análise dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3488638146623774>

E-mail: mlsnunesml@gmail.com

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Metodologia da Educação

 <https://orcid.org/0000-0002-4768-8725>


Doutor em Educação. Professor titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Nível 1D.

Contribuição de autoria: Contribuiu com a elaboração de texto e descreveu os resultados e discussão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2036729143677618>

E-mail: charliltonlara@yahoo.com.br

Débia Suênia da Silva Sousa, Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Educação, Centro de Formação de Professores

 <https://orcid.org/0000-0003-0203-0484>

Doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Federal de Campina Grande. Vice-Diretora do Centro de Formação de Professores – *Campus* de Cajazeiras.

Contribuição de autoria: Contribuiu com a elaboração de texto e descreveu os procedimentos metodológicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9308347413386263>

E-mail: debiasss@yahoo.com.br

Editora responsável: Lia Machado Fiuza Fialho

Pareceristas *ad hoc*: Anete Abramowicz e Marina Dias

Como citar este artigo (ABNT):

NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; SOUSA, Débia Suênia da Silva. “Ensinar as crianças é o sacerdócio que conduz ao bem”: educação, docência e escola no jornal *O Educador* (1921-1922). *Educ. Form.*, Fortaleza, v. 6, n. 1, e1485, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1485>



Recebido em 5 de abril de 2020.

Aceito em 26 de agosto de 2020.

Publicado em 15 de outubro de 2020.

